

**AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE CAMBÉ - CAMBÉ PREVIDÊNCIA
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS ATA Nº 109**

Ao décimo terceiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três (2023), às 17:00h na sede desta Autarquia Cambé Previdência, reuniram-se os membros nomeados de acordo com o Decreto Municipal nº 162/2022, para reunião ordinária do Comitê de Investimentos da Autarquia Cambé Previdência onde estavam presentes eu, Luciana Kaguiama, juntamente a senhora Andréia Cristina da Silva e o senhor Eduardo Anzola Pivaro. Pauta: 1) Análise do Demonstrativo Financeiro do mês de outubro de 2023 e rendimentos das aplicações financeiras através de extratos e relatórios eletrônicos; 2) cenários político e econômico; 3) Alocação de recursos previdenciários. Item 1) da pauta: O resultado dos rendimentos das aplicações financeiras em 31/10/2023 foi de -R\$ 59.036,30, corroborando com o resultado mensal de -R\$ 761.981,15. Item 2) da pauta: Cenário Político e Econômico: **RETROSPECTIVA** O Ibovespa fechou a semana com alta, voltando a casa dos 120 mil pontos e atinge o maior nível desde agosto. A inflação abaixo do esperado contribuiu positivamente para a alta do IPCA. O dólar encerrou a semana aos R\$ 4,91. A inflação abaixo do esperado e a desaceleração na economia doméstica indica que o ciclo de corte da Selic deve permanecer até meados de 2024. Foi divulgado na última sexta-feira, 10, o IPCA referente ao mês de outubro. Com alta de 0,24%, o indicador fica no campo positivo pelo quarto mês seguido. No acumulado no ano, a alta é de 3,75% e nos últimos 12 meses é de 4,82%. A PEC (Proposta de emenda à Constituição) da reforma tributária foi aprovada pelo senado federal e agora retorna a Câmara dos Deputados para apreciação das alterações no texto que deve acontecer ainda em 2023. Caso os deputados optem por alterar alguma parte do texto, a aprovação deve ser concluída apenas em 2024. Entre as principais mudanças aprovadas estão entre elas uma trava para a carga tributária, a ampliação do Fundo de Desenvolvimento Regional em 20 bilhões de reais e a inclusão de revisões de regimes especiais a cada cinco anos. Além disso, o texto aprovado conta com algumas alterações que favorecerão setores da economia como taxistas, clubes de futebol, bancos, entre outros. A mudança ajudará a trazer transparência para carga tributária do Brasil, além de diminuir a complexidade do sistema tributário como um todo. O Banco Central divulgou na última semana a ata da reunião do Copom. A mensagem foi mais dura, trazendo cautela e parcimônia no processo de cortes de juros, mensagem que vem sendo repetida nos últimos meses. Ressaltou que o ambiente global é de incertezas, com os EUA tendo dificuldades no combate à inflação e a economia global mostrando sinais de desaceleração. Além disso, observou que a incerteza fiscal também é um problema e que o comitê deve ficar atento a isso. Entretanto, o documento destacou a atividade econômica mostrando sinais de fraqueza e que a inflação se mostrou benigna, fatores que contribuem para a continuação do corte de juros. Na seara fiscal, o setor público consolidado registrou déficit de 18,1 bilhões de reais em setembro. Nos 12 meses, o déficit é de 101,9 bilhões de reais, equivalente a 1,0% do PIB e 0,3% maior que o registrado em agosto. Enquanto a Dívida Bruta do Governo Central ficou estável em 74,4% do PIB. Também foram divulgadas as vendas no varejo ampliado referentes a setembro, que registraram aumento de 0,2% em relação a agosto, puxado primordialmente pelo setor de supermercadista esperado. No cenário internacional, o presidente do Fed, Jerome Powell, indicou que mesmo com a economia mostrando sinais de desaceleração o banco central pode voltar a subir os juros. No Reino Unido, a economia estagnou no terceiro trimestre e o baixo dinamismo da economia pode reduzir a necessidade de o banco central manter as taxas de juros elevadas por muito tempo. Na China, os indicadores econômicos seguem fracos e a recuperação econômica do país é colocada em cheque. Os dados da balança comercial foram abaixo do esperado, com números de exportação abaixo da expectativa e importação acima. A inflação chinesa também preocupou o mercado. A inflação ao consumidor (IPC) de outubro veio no campo negativo, ficando em -0,1% m/m. **RELATÓRIO FOCUS:** A projeção para a inflação de 2023 feita por analistas caiu nesta semana, mas a estimativa para o IPCA de 2024 voltou a subir, segundo dados divulgados nesta segunda-feira (13) pelo Relatório Focus do Banco Central. A previsão para o crescimento do PIB neste ano e no próximo continuou estável, segundo a pesquisa. Inflação: A estimativa do IPCA para este ano passou de 4,63% para 4,59%, enquanto a previsão para a inflação de 2024 avançou de

3,91% para 3,92%, na terceira semana de alta. A projeção para a inflação de 2025 está em 3,50% há 16 semanas. Já a estimativa para 2026 permanece em 3,50% nos últimos 19 Boletins Focus. PIB: A mediana das projeções para a evolução o PIB foi mantida em quase todo o horizonte pesquisado. A estimativa para 2023 ficou nos mesmos 2,89% e a projeção para 2024 continua em 1,50% nas últimas oito pesquisas. Mas a projeção para 2025 subiu de 1,90%, onde estava há seis semanas seguidas, para 1,93%, enquanto a de 2026 está nos mesmos 2,0% há 14 pesquisas seguidas. Selic: As projeções para a taxa básica de juros (Selic) para 2023, 2024, 2025 e 2026 não sofreram alterações. A estimativa para o final de 2023 continuou em 11,75%, enquanto a projeção para 2024 ficou nos mesmos 9,25% e a de 2025 estabilizou em 8,75%. A de 2026, por sua vez, está nos mesmos 8,50% há 14 semanas seguidas. Câmbio: A estimativa para o dólar em 2023 ficou estável em R\$ 5,00, enquanto a projeção para 2024 avançou de R\$ 5,05 para R\$ 5,08, e a de 2025 subiu de R\$ 5,10 para R\$ 5,11. A aposta para 2026 estacionou em R\$ 5,20. Resultado primário: A projeção para o resultado primário em 2023 foi mantida -1,10% do PIB, patamar que continua o mesmo há seis semanas. A estimativa de déficit também foi mantida para 2024, com -0,80% do PIB, e para 2025, com -0,60% do PIB. A projeção para 2026, no entanto, melhorou, de -0,45% do PIB para -0,40% do PIB. Dívida líquida: A projeção para a dívida líquida do setor público em 2023 saiu de 60,61% para 60,70% do PIB, enquanto a de 2024 foi mantida em 63,65% do PIB. A de 2025 também continuou em 65,90% do PIB e a de 2026 caiu de 67,80% do PIB para 67,65% do PIB. Balança comercial: A projeção para a balança comercial brasileira em 2023 engatou a sexta semana seguida de alta, com o superávit estimado subindo de US\$ 75,30 bilhões para um saldo positivo de US\$ 76,0 bilhões. A estimativa para 2024 avançou de US\$ 62,25 bilhões para US\$ 62,70 bilhões, enquanto as de 2025 e 2026 permaneceram estáveis, em US\$ 60,0 bilhões. Item 3) da pauta: Optamos por manter as alocações atuais e, para os próximos recebimentos deste RPPS, optamos por alocações em aplicações vinculadas ao índice CDI. Contudo, podendo realocar valores em fundos tipo do vértice, caso a taxa ofertada pelas instituições financeiras seja atrativa e vantajosa para este RPPS. Para complementar o valor do pagamento de benefícios previdenciários, optamos por utilizar os valores alocados em aplicações de curto prazo vinculados ao índice CDI, sendo o que acreditamos ser o mais prudente para este momento, tendo em vista o cenário político e econômico atual. Nada mais havendo a relatar eu, Luciana Kaguiama encerro a presente ata que se de acordo, será assinada por mim e pelos demais membros.

Andréia Cristina da Silva
Membro

Eduardo Anzola Pivaro
Membro

Luciana Kaguiama
Membro/Secretária